

Sérgio Campos Matos

A guerra hispano-americana (1898):
repercussões em Portugal

A guerra hispano-americana (1898): repercussões em Portugal

Por Sérgio Campos Matos

"Viva a Espanha! Senão a mais feliz, a mais nobre e heróica das nações da Europa!"

Mala da Europa, n.º 119, 18-IV-1898, p.1.

"Est-ce que vous parlez beaucoup des Espagnols? Tespere que vous tous, vous etes pour ces chers Espagnols. Aujouixfhui tout le monde ici est bien chagrin a cause de Ia nouvelle qui vient d'arriver qu'ils ont perdu une grande bataille sur mer, dans les Phillipines (...). Mais comme les Espagnols sont de si braves marins, et si vaillants, nous esperons qu'ils prendront sa revanche".

Eça de Queiroz, carta a seu filho José Maria, Lisboa, 2-V-1898, *A arte de ser Pai. Cartas de Eça de Queiroz para os seus filhos* (introd., com. e notas de Beatriz Berrini), Lisboa, 1992, p. 85.

149

São bem conhecidos os antecedentes e o contexto internacional em que ocorreu o conflito entre a Espanha e os Estados Unidos da América¹, precipitado a partir de 20 de Abril de 1898 com o ultimatum norte-americano, que exigia, num curto prazo, a renúncia por parte daquele Estado à soberania sobre Cuba. Não pretendemos, neste ensejo, aprofundar o seu conhecimento. Antes nos importa compreender a posição diplomática de Portugal e, sobretudo, os ecos que a guerra teve nas elites políticas e na opinião pública portuguesa. Na verdade, o estudo da recepção em Portugal da série de acontecimentos que vão de meados Abril de 1898 à concretização do tratado de paz, em Paris, a 10 de Dezembro desse ano, adquire o maior interesse para se perceber as dificuldades que então defrontou a política externa portuguesa, bem como o lugar estratégico que Portugal e as ilhas adjacentes desempenhavam na política internacional, com incidência no Atlântico. Por outro lado, não se podem esquecer as cobiçadas colónias portuguesas de Angola e Moçambique, cujas fronteiras haviam, no essencial, sido definidas no tratado luso-britânico de 1891. Era inevitável que se estabelecesse um paralelo entre a situação do império ultramarino espanhol e a situação do império português. Estes impérios abrangiam as mais antigas colónias estabelecidas por povos europeus, nos primórdios da época moderna, fora da Europa.

Por razões de ordem histórica e geográfica, era natural que a opinião pública portuguesa fosse particularmente sensível à difícil conjuntura que precedeu a guerra e, depois, ao desastre espanhol². Um mês antes de deflagrar o conflito, um jornalista anónimo do periódico

¹ Veja-se, entre muitos outros estudos, Miguel A. Baquer, "Las operaciones militares de la guerra de Cuba y Filipinas", *Espana en 1898. Las claves del desastre* (Pedro Lain e Carlos Seco Ed.), Barcelona, 1998, pp. 165 e ss. e Julián Companys, "La posición norteamericana", *Idem*, pp.189 e ss.

² Cf., por exemplo, João da Câmara, "Crónica ocidental", *O Ocidente*, vol. XXI, n.º 697, 10-V-1898, p. 98.

Mala da Europa chegava a afirmar: "Se Portugal fora um povo forte e pudesse tomar parte na pugna, estamos certos de que estava ao lado da Espanha. E não era no desejo de que continuasse a dominar Cuba"³. Estava então muito difundida a teoria darwinista da decadência e degenerescência dos povos latinos, face aos anglo-saxónicos. Os desaires militares da França perante a Prússia (1870) e da Itália na Etiópia (1896), bem como o Ultimatum inglês de 1890, que pusera fim ao projecto português de um grande império na África austral, da costa atlântica à contra costa do Indico, pareciam confirmar essa teoria organicista. Se a hegemonia marítima continuava nas mãos da Grã-Bretanha e dos EUA, desde 1870, o Império alemão era indiscutivelmente a potência hegemónica no velho continente. A guerra franco-prussiana constituirá uma profunda fractura na consciência nacional francesa e teve largo eco nos países ibéricos. E não será por acaso que a precisão de pontaria da esquadra norte-americana na batalha naval ao largo de Santiago de Cuba foi comparada às qualidades da artilharia prussiana naquele conflito⁴. Agora, em 1898, estava em causa uma outra potência que tivera o seu tempo áureo nos séculos XVI e XVII, cujas fronteiras confinavam com Portugal, e que muito em comum tinha com a história desta última nação.

O conflito entre os independentistas cubanos e a administração espanhola, agudizado desde 1895, mereceu alguma atenção por parte da imprensa periódica portuguesa⁵. Mas muito maior atenção foi concedida à guerra hispano-americana de 1898 que se tornou assunto do maior destaque nas primeiras páginas dos jornais. Não surpreende que, poucos dias após a abertura das hostilidades, as preocupações com a guerra, agora iminente, se exprimissem também nas Câmaras dos Pares e dos Deputados. Neste último órgão político, a 22 de Abril, o líder da oposição, o dirigente regenerador Hintze Ribeiro, interrogava o presidente do conselho, José Luciano de Castro (líder do Partido Progressista, então no poder). Ante a gravidade do conflito, havia que conhecer a posição do governo português. Desde logo, Hintze Ribeiro presumia que esta posição devia ser de neutralidade. Mas interrogava se não seria necessário o "concurso do parlamento" para habilitar o governo "a pôr em execução quaisquer providências a fim de poder garanti-la"⁶. E sustentava a necessidade de se adoptar uma posição unitária, de Estado, posição "absolutamente serena, perfeitamente correcta e inteiramente imparcial".

Em resposta a esta interpelação, o chefe do executivo informava não ter ainda tomado conhecimento oficial da declaração de guerra entre as potências beligerantes. Que a atitude do governo português era a "da mais completa e inteira neutralidade". E que o parlamento seria consultado no caso de se tomar alguma "resolução mais importante". Mas só uma semana depois seria publicada em *Diário do Governo* a posição oficial do Estado português.

³ "A Espanha", *Mala da Europa*, n.º 115, 21-111-1898, p. 1.

⁴ "A guerra", *Idem*, n.º 49, 10-VII-1898, p. 2. Maeztu qualificara a guerra de um "Sedan colonial" espanhol (vd. João Medina, "Iberizar e desiberzar: pulsões de africanização e de europeização desde a crise peninsular dos anos noventa do século XIX", *Los 98 Ibéricos y el mar*, t. III, Madrid, 1998, p. 141).

⁵ Vd. Celso Almuiha e José Tengarrinha, "Las crisis ibéricas finiseculares y su reflejo en las respectivas opiniones públicas", *Los 98 Ibéricos...*, t. 11, pp. 290-291.

⁶ *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, Sessão de 22 de Abril de 1898, Lisboa, 1899, p. 235.

⁷ *Ibid.*

Dava assim a conhecer a política externa que iria adoptar.⁷ Num ponto essencial, tanto Hintze Ribeiro como José Luciano de Castro estavam em sintonia: acerca da necessidade de a nação adoptar uma posição única, ante a gravidade dos acontecimentos. Havia que ter as maiores cautelas ante a complexa conjuntura que se delineava com o início das hostilidades.

Note-se, contudo, que já a 20 de Abril, na Câmara dos Deputados, o regenerador Ferreira de Almeida solicitara a comparência do Presidente do Conselho e do ministro dos Negócios Estrangeiros para se pronunciarem acerca do conflito então iminente. No avisado entender deste deputado e antigo Ministro da Marinha, a guerra colocava Portugal numa conjuntura, de diversos pontos de vista, difícil, tanto mais que os "elementos de acção" para manter a posição neutra eram deficientes. Ferreira de Almeida referia-se, decerto, à insuficiência do meios navais portugueses para assegurarem o cumprimento de tal atitude. Alguns dias depois (23 de Abril), a ausência dos dois membros do executivo, levava o referido deputado a insistir na sua sugestão, agora em nome da oposição parlamentar no seu conjunto. Insuficiente se revelava, na ocasião, a resposta do Ministro da Marinha (Dias Costa): uma vez que o governo não havia obtido notícia oficial do ruptura das relações entre os dois países, não tinha que dar conta ao parlamento de "quaisquer providências a adoptar"⁸.

Ante este pouco esclarecido subterfúgio, outro deputado regenerador e futuro primeiro ministro, Teixeira de Sousa, confrontava Dias da Costa com as abundantes notícias acerca de movimentações de navios de guerra no Tejo, da largada da esquadra americana em direcção a Havana, apresando na sua rota um navio mercante espanhol ao largo da Florida. E acrescentava, impaciente, "Porque espera o governo? Quer que eles venham aqui bater-se no Tejo? Infelizmente talvez isso possa vir a acontecer". Ante a insistência dos regeneradores em esclarecer qual a atitude do governo, o Ministro da Marinha limitar-se-ia a responder que o governo adoptaria as providências "necessárias ao bem do Estado". De um lado - bancada regeneradora - a urgência de se tornar pública a posição do Estado português. Do outro, do governo, a expectativa ante o desenrolar dos acontecimentos e a cautela em lidar com a situação.

Sabemos que a 21 ou 22 de Abril, vários ministros (Reino, Fazenda, Negócios Estrangeiros e Guerra) conferenciaram com o rei D. Carlos acerca da guerra, que havia sido oficialmente comunicada pelo embaixador em Madrid, Conde de Macedo. Segundo *O Século*, tratou-se nessa reunião das "responsabilidades" que o conflito levantava ao governo português e da necessidade de manter uma "estrita neutralidade". Decidia-se enviar navios de guerra para os Açores e Cabo Verde⁹. E, no entanto, não se declarava, de imediato, qualquer posição oficial por parte do Estado português. Excesso de cautela? Ou, tão só, efeito do proverbial atraso português? Como compreender os cuidados da diplomacia portuguesa?

Em primeiro lugar, há que lembrar que Portugal mantinha boas relações quer com os Estados Unidos, quer com a Espanha. Mas, de um modo geral, por afinidades históricas e culturais, a opinião pública era mais favorável à Espanha. Na imprensa, incluindo os jornais afectos ao Partido Progressista, que se encontrava no poder, multiplicavam-se os elogios ao

⁸ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Lisboa, 1898, p. 871 e p. 915.

⁹ "Entre a Espanha e os Estados Unidos", *O Século*, n.º 5846, 22-IV-1898, p. 1.

povo espanhol e ao seu carácter. Inequívoca era a simpatia pelos espanhóis¹⁰ e as suas intenções de defender o seu império colonial. Em segundo lugar, a desproporção entre a extensão do império português e os limitados recursos humanos e materiais para o defender em caso de ameaça externa, impunham a maior prudência num momento de risco. Refira-se, por último, que as comemorações do chamado "Centenário da Índia", programadas desde o final do decénio de 1880, ao chamarem a atenção para o domínio colonial português, acentuavam, aos olhos de um sector crítico, o contraste entre a grandeza passada - o Portugal dos séculos XV e XVI - e o sentimento de decadência e mesquinhez do presente¹¹. Não surpreende, neste contexto, que diversas vezes no parlamento propusessem que as comemorações se limitassem a uma expressão discreta, ou, simplesmente, fossem suspensas¹².

A prudência diplomática adoptada pelo executivo de José Luciano de Castro está bem patente na nota da Presidência do Conselho de Ministros, assinada pelo Rei e datada de 28 de Abril, que confinava a posição portuguesa dentro da "mais estrita e absoluta neutralidade" em relação às potências beligerantes. Proibia a mesma nota acções destinadas ao curso nos portos portugueses. Admitia, contudo, dentro de certos condicionalismos, a entrada nos mesmos portos de navios pertencentes a qualquer das nações em guerra, bem como o comércio praticado por portugueses ou por nacionais das mesmas nações, exceptuando-se os objectos que se considerassem como "contrabando de guerra"¹³.

As condições desta nota diplomática encerravam um especial significado, pois, a estadia em Cabo Verde da esquadra chefiada pelo almirante Cervera suscitara uma onda de boatos e enorme inquietação nos meios políticos portugueses. Deve mesmo compreender-se a sua publicação tendo em conta as desencontradas notícias e boatos que proliferavam nos órgãos de informação. Não se sabia então qual o destino da esquadra espanhola (Havana? S. Francisco? Filipinas?) e especulava-se a esse respeito. Desde meados desse mês de Abril, circulava na imprensa periódica espanhola a ideia de que os navios de Cervera fariam da ilha portuguesa de São Vicente (Cabo Verde) a base das suas operações contra a armada norte-americana que bloqueava Cuba. Sabia-se que a esquadra se abastecia de carvão naquele arquipélago português¹⁴, o que levantava os maiores receios quanto à atitude que os EUA tomariam a esse respeito. Em termos irónicos, um periódico diria a este respeito:

¹⁰ Cf., por exemplo, "Espanha e EUA. A guerra", *Correio da Noite*, n.º 5638, 21-IV-1898, p. 1. Um pequeno episódio revela essa simpatia: a 23 de Março, quando seguia para a Baía, o vapor português Malange avistou a esquadra de Cervera, mas não deu a conhecer o facto. Ora, por essa altura, ignorava-se totalmente onde se encontrava a armada espanhola: o sigilo fazia parte da estratégia adoptada. Nos finais de Abril, de regresso a Lisboa, o Malange encontrou de novo os navios espanhóis e terá aceite o pedido que lhe foi dirigido de transportar correio para Espanha ("Entre Espanha e Estados Unidos", *O Século*, n.º 6086, 19-XII-1898, p. 1.).

¹¹ Sérgio Campos Matos, "O 'Centenário da Índia' no Portugal finissecular", *O 'Centenário da Índia' e a memória da viagem de Vasco da Gama*, Lisboa, 1998.

¹² É o caso dos deputados regeneradores Luciano Monteiro, Avelar Machado e Teixeira de Sousa (cf. *Diário...*, pp. 916-917).

¹³ "Presidência do Conselho de Ministros", *Diário do Governo*, n.º 93, 29-IV-1898, p. 1090.

¹⁴ Embora em S. Vicente houvesse cerca de 13 000 toneladas de carvão disponíveis, os navios espanhóis tiveram dificuldades em adquiri-lo pois os comerciantes exigiam o pronto pagamento em dinheiro, recusando o pagamento em cheques. A esquadra era composta por sete torpedeiros e um navio de transporte.

"Parece correr com insistência que os Estados Unidos se mostram carrancudos conosco por causa da demora em Cabo Verde da esquadra espanhola. Vamos, que querem de nós, os Estados Unidos? Cabo Verde? Os Açores? No Pacífico as Filipinas e no Atlântico um arquipélago... uma ilha a menos que seja, não nos parece mal. É melhor tomarem as Canárias. Tomarem a Portugal!... Que diria a Inglaterra? Vamos! Se a guerra tem de alargar-se, vamos a isso; e sem cerimónia"¹⁵

O decreto português sobre a neutralidade, de imediato comunicado às autoridades marítimas coloniais, vinha clarificar a situação: a armada espanhola não poderia fazer daquelas ilhas portuguesas uma base para o confronto com a armada inimiga. Mas não entraria o comércio de carvão na categoria de "contrabando de guerra" (nos termos pouco explícitos da nota diplomática portuguesa), sendo assim, eventualmente, considerado comércio ilícito?¹⁶

O deputado Teixeira de Sousa levantara o problema da presença da força naval espanhola em Cabo Verde logo a 21 de Abril, numa interpelação dirigida ao Ministro da Marinha, em que, ante a "gravidade dos perigos" que o facto encerrava, pedia explicações a Dias Costa. Este, como seria de esperar, esquivou-se, afirmando que ainda se vivia uma situação de paz e que o governo adoptaria as "providências que [fossem] impostas pelo bem do Estado", caso rompesse a guerra entre os EUA e a Espanha¹⁷. E uma semana depois, o mesmo deputado interpelava o ministro das Obras Públicas acerca de uma notícia saída nesse mesmo dia (27 de Abril) num periódico de Lisboa (o *Diário de Notícias*) - segundo a qual o governo norte-americano notificara o governo português "a conveniência de mandar retirar imediatamente a esquadra espanhola das águas de Cabo Verde, porque, quando isso não se desse, o governo dos Estados Unidos considerava Portugal como aliado da Espanha"¹⁸. Também na Câmara dos Pares, no mesmo dia, Hintze Ribeiro pedira explicações acerca do assunto. Ao que o Presidente do Conselho respondeu que a dita notícia era "absolutamente inexacta". Tratava-se pois de um boato a que a opinião pública portuguesa era particularmente sensível: o de um suposto ultimatum dos EUA a Portugal. Ante a gravidade da situação, Hintze Ribeiro solicitou ao governo que proibisse a circulação de notícias falsas uma vez que podiam dar lugar a "graves perturbações"¹⁹. Mas na Câmara dos Deputados, Teixeira de Sousa foi mais longe: como era possível que a censura telegráfica, que incidia em notícias de reduzida importância, deixasse passar um telegrama com tal "magnitude"? E acrescentava, dirigindo-se a José Luciano: "V:¹ Ex:¹ compreende que, envolvendo esta notícia um verdadeiro *ultimatum* ao governo português, pode importar desordens e uma situação difícil com os Estados Unidos da América". Regressava o espectro do ultimatum de uma potência estrangeira, agora numa nova conjuntura e com outras implicações políticas e diplomáticas. Na sequência do pedido de Hintze Ribeiro relativo à censura das comunicações telegráficas, Teixeira

⁵ "A guerra", *Mala da Europa*, n.º 126, 6-VI-1898, p. 2.

⁶ Lembre-se que, por essa altura, na foz do Tamisa, um vapor carvoeiro americano fora obrigado a descarregar carvão ("O carvão contrabando de guerra", *O Século*, n.º 5855, I-V-1898, p. 4).

⁷ *Diário...*, pp. 883 e 885.

⁸ *Idem*, p. 961

⁹ *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, pp. 252-253.

de Sousa solicitava que não se consentisse a publicação na imprensa periódica de notícias relativas às movimentações das esquadras beligerantes em águas portuguesas. E o ministro das Obras Públicas, Augusto José da Cunha, deu conta que, ante uma interpelação pelo seu ministério ao funcionário que deixara passar o boato, este declarara que se havia limitado a transcrever o que constava num jornal espanhol.

Também no princípio de Maio, o correspondente de *Mala da Europa* em Nova Iorque transmitia a informação do suposto ultimatum do governo americano. E acrescentava o jornalista: "Intimar é dar uma ordem: e quem manda ou ordena deve impor-se pela força se não for obedecido. Supondo que a Espanha ou não respondia e ia demorando a saída da sua esquadra, mandávamos metralhá-la com a artilharia de S. Vicente? Não nos iludamos: é-nos difícilimo manter a nossa neutralidade, e podemos dum para outro momento achar-nos envolvidos na guerra, até porque isso conviria a espanhóis e yankees"²⁰.

Uma semana mais tarde, o mesmo jornal fazia constar que McKinley, o presidente dos EUA, chamara o ministro português em Washington e o questionara sobre o consentimento que o governo português concedera à esquadra de Cervera para que estacionasse em Cabo Verde. A imprensa teria calado tal entrevista por razões de prudência. E acrescentava, não saber se se chegara a efectivar a referida entrevista. Nem tão pouco, "se houve declaração de guerra *ipso facto* a Portugal". Mas logo o redactor anónimo confessava não dar crédito ao "facto" de que dera conta. Tudo isto se afigura contraditório. Em todo o caso, a *Mala da Europa* era um dos raros periódicos que, desde a conjuntura anterior à guerra, considerava, numa postura realista, que as colónias espanholas estavam, à partida, perdidas. Daí a sua intencionalidade pacifista. Alargava-se assim o sentimento de incerteza e insegurança perante o evoluir da situação de conflito.

A memória do ultimatum de 1890 e as preocupações com a ordem pública encontravam-se bem presentes nestas intervenções dos regeneradores. Estes estavam bem conscientes de que qualquer sucesso no domínio da política externa, ou um simples boato, poderiam ter consequências imprevisíveis na política interna. A neutralidade exigia as maiores cautelas. Daí que já no início de Maio, poucos dias depois da derrota da armada espanhola em Cavite, nas Filipinas, Teixeira de Sousa interpelasse o Presidente da Câmara dos Deputados acerca de eventuais dúvidas que as potências beligerantes pudessem ter manifestado acerca do modo como Portugal tinha cumprido a sua política de neutralidade²¹.

Neste contexto se situa a preocupação do deputado Cabral Moncada com o consulado de Portugal em Buenos Aires: uma vez que o cônsul se encontrava ausente em Lisboa, o consulado estava entregue ao encarregado de negócios da Espanha, o que, evidentemente, afectava a neutralidade portuguesa. A interpelação ficou sem resposta dada a ausência do Ministro dos Negócios Estrangeiros. Também é neste intrincado contexto em que a prudência era o primeiro preceito a cumprir, que se situam as directivas para a navegação, emanadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros:

²⁰ "A guerra hispano-americana", *Ma/a da Europa*, n.º 121, 2-V-1898, p. 1.

²¹ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, p. 1016.

"Convém que as embarcações naveguem cautelosamente nas proximidades das costas e portos da Espanha e das colónias espanholas assim como das costas e portos dos Estados Unidos da América do Norte, enquanto durem as actuais hostilidades; deve haver particular cuidado ao entrar nos portos dos países mencionados por causa dos obstáculos à navegação, que em alguns deles possam ter sido colocados. Não devem merecer inteira confiança as indicações relativas aos faróis, luzes e bóias das costas e portos daqueles países, publicadas antes de rebentar a guerra, visto que nas actuais circunstâncias podem esses sinais ter sido suprimidos ou alterados"²². -

O boato do *ultimatum* americano não foi o único que correu em Portugal no tempo da guerra. Na verdade, de finais de Abril a Julho de 1898, multiplicaram-se na imprensa portuguesa as notícias falsas. Eça de Queiroz, então em Lisboa, escrevia a sua mulher Emília de Castro, a 8 de Maio de 1898: "Por aqui sempre muita ansiedade a respeito da Espanha. Sempre mil boatos, sempre mil ilusões"²³. E três dias depois, a 11, escrevendo de Cascais dizia: "Aqui, como já disse o Garrett em verso, estamos no Cabo do Mundo. As notícias levam quase dois dias a percorrer estes 20 quilómetros que nos separam da Capital. E este não é pequeno inconveniente, em momento de tanta curiosidade ansiosa. Restam apenas os boatos que o vento traz. Assim está correndo agora que houve um combate entre as esquadras americana e espanhola, nas costas de Portugal, para os lados de Viana! Naturalmente, *canard!*"²⁴.

Outro boato posto a circular no Porto, no final de Abril "informava" que Nova Iorque estava a ser bombardeada por navios de guerra espanhóis. E em Paris, pela mesma época coma a notícia segundo a qual três navios norte-americanos teriam sido afundados ao largo de Manila, num encontro entre as duas esquadras inimigas²⁵ (lembre-se que estava iminente o desastre de Cavite). Note-se, aliás, que este último boato circulara também em Cádiz e daí tinha sido transmitido por telégrafo para Lisboa, aumentando até o número de navios afundados: cinco e não três, como se tinha dito em Paris²⁶. Afirmava-se também que a Rússia poderia apoiar a Espanha, contrabalançando assim a "protecção" que a Grã-Bretanha dispensava aos EUA²⁷. A ansiedade de uma vitória espanhola estimulava decerto tais atoardas. Importará aprofundar a compreensão deste estado de espírito exacerbado e da sua função mobilizadora da opinião pública no sentido de incentivar uma política de guerra. E como se veio a verificar, esta política era em tudo contrária aos interesses de Estado espanhóis. Note-se, todavia, que nem todos os órgãos de imprensa periódica divulgavam estes boatos. Periódicos de características tão diversas como a *Revista Portuguesa Colonial e Marítima* ou a *Mala da*

²² *Diário do Governo*, n.º 107, 16-V-1898, p. 1239.

²³ *Eça de Queiroz Emília de Castro. Correspondência epistolar* (org., introd. e notas de A. Campos Matos), Porto, 1995, p. 514.

²⁴ *Idem*, p. 516.

²⁵ "A guerra hispano-americana", *O Século*, n.º 5848, 24-IV-1898, p. 4 e "Primeira vitória espanhola?", *Idem*, n.º 5853, 29-IV-1898, p.2

²⁶ "Importantíssimo", *Correio da Noite*, n.º 5646, 30-IV-1898, p. 1.

²⁷ João da Câmara, "Crónica ocidental", *O Ocidente*, n.º 696, 30-IV-1898.

Europa (este último de larga audiência nas colónias portuguesas) adoptavam uma posição compreensiva dos factos que iam ocorrendo. De um modo mais distanciado, estes periódicos procuravam explicá-los e aproveitá-los em termos de reflexão, e não capitalizar a (des)informação aproveitando a sua possível influência na opinião pública.

Mais tarde, após a derrota da esquadra espanhola na baía de Santiago e ainda antes da rendição da cidade (que ocorreria ai6 de Julho), circulou a falsa notícia de que uma armada americana constituída por três couraçados e três cruzadores se dirigia já para as costas espanholas. A impressão seria muito viva em Espanha e na Europa, em geral²⁸. Por essa altura, a *Mala da Europa* informava que parte considerável da população espanhola era contrária à paz e que coram boatos de alteração da ordem pública e da eclosão de movimentos revo-

lucionários, sendo "o alarme" geral²⁹.

Também em Portugal, logo no início da guerra se instalou a convicção de que ocorreria uma revolução em Espanha e a queda da monarquia neste país. O que arrastaria no mesmo destino a monarquia dos Braganças em Portugal³⁰.

Outro aspecto das repercussões da guerra em Portugal foi a chamada de atenção para a situação crítica da marinha de guerra portuguesa. A este propósito, em 1880, aquando do centenário de Camões, Oliveira Martins ironizara acerca dos navios de papelão dourado, representando esquadras perdidas de outros tempos, que então haviam figurado no cortejo histórico que atravessou as ruas de Lisboa. Na verdade, nesses finais de século, a armada portuguesa dispunha apenas de uma corveta blindada, a Vasco da Gama, de 1463 toneladas, desactualizada em relação às necessidades da época (fora construída em Inglaterra em 1876). Este couraçado - assim era vulgarmente designado - era utilizado para a defesa dos portos portugueses do continente, uma vez que várias outras corvetas a vapor e canhoneiras faziam geralmente serviço nas colónias. Nos últimos decénios do século, multiplicavam-se as vozes, sobretudo de oficiais de marinha, no sentido de se investir neste ramo das forças armadas e assim dotá-lo de novos meios. Afirmava-se a convicção de que sem meios navais eficazes seria insustentável concretizar a vocação colonial da nação e, conseqüentemente, manter tão extensos domínios ultramarinos.

Não surpreende pois que, quando em finais de Abril se discutiu na câmara dos deputados a composição dos contingentes para os diversos ramos das forças armadas, se tenha posto em causa a orientação adoptada na renovação da marinha de guerra que então se intentava realizar. Tecendo um balanço da situação, o antigo ministro da Marinha, Ferreira de Almeida, considerava que, em rigor, Portugal só dispunha de um navio de combate, o já referido Vasco da Gama, claramente insuficiente. E nas novas aquisições para esse ano - os cruzadores D. Amélia, D. Carlos, S. Gabriel e S. Rafael -, só o segundo era classificado de navio de combate, sendo os restantes tidos como auxiliares. Mas o essencial da posição crítica de Ferreira de Almeida incidia na errada opção que, em seu entender, se tinha adoptado: em lugar de investir em material naval de maior tonelagem (entre 4000 e 5000 toneladas),

²⁸ "Espanha e Estados Unidos. A opinião pública em Espanha", *Correio da Noite*, n.º 5701, 9-VII-1898, pp. 1-2.

²⁹ "A guerra", *Mala da Europa*, n.º 50, 17-VII-1898, p. 3.

³⁰ Carta de Eça de Queiroz a Emília de Castro de 22-IV-1898, *Op. c/t*, pp. 505-506.

velocidade e raio de acção, como faziam as principais potências marítimas, a marinha portuguesa ficara-se pela intenção de adquirir quatro novos navios auxiliares. Por seu lado, o ministro da Marinha, embora reconhecendo a necessidade de se dispor de verbas anuais para o material naval e para o exército, insistia sobretudo na necessidade de uma armada que permitisse a Portugal defender as suas colónias. A seu ver, o país não podia ter grandes navios, mas tão só navios que alcançassem a velocidade destes últimos e com grande capacidade de artilharia, sem esquecer os toipedeiros, indispensáveis na "guerra moderna". Dias Costa concedia pois prioridade a uma esquadra para operar nas colónias, enquanto o deputado Ferreira de Almeida, não descurando esta função, estava consciente que se houvesse problemas com as nossas colónias eles seriam resolvidos na Europa e nas costas atlânticas (como sucedeu aquando da crise do ultimatum de 1890)³¹. Neste debate parlamentar entre o ministro da marinha do gabinete progressista (Dias Costa) e o ex-ministro do ministério de Dias Ferreira (Ferreira de Almeida) estavam pois em causa duas estratégias diversas para a renovação da força naval portuguesa: apostar em navios de pequeno e médio porte (cruzadores, contra-torpedeiros), sobretudo destinados à defesa do império colonial; ou investir em unidades de grande porte, de extenso raio de acção (pelo menos de 10 000 milhas), equiparáveis às de outras marinhas.

É sabido que, dentro de condicionalismos vários, prevaleceu a primeira opção. Mas o que não há dúvida é que em todo o período que vai de 1876/77 a 1900/1901, o ano de 1897/98 é o que apresenta os mais elevados encargos do Estado com a defesa: relativamente ao total, que englobava os encargos com a dívida e as funções não militares (encargos com as colónias, com a economia, instrução, etc), as despesas com a defesa alcançavam 21%, ou seja, 11 598 contos. Todavia, nesta verba, os encargos com a marinha limitavam-se a 39% do total. Como era hábito, o exército absorvia o grosso das verbas (61% daquele valor). Ainda assim, as despesas com a marinha nesse ano financeiro de 1897/98 aumentaram significativamente em relação aos anos anteriores³². Com efeito, enquanto decorria a guerra hispano-americana, o Ministério da Fazenda abriu diversos créditos especiais a favor dos Ministérios da Guerra e da Marinha. Tratava-se de reforçar as verbas destes ministérios destinadas a despesas ordinárias e extraordinárias para o exercício desse ano de 1897/98³³. Como se vê, a conjuntura de guerra levava o governo português, de imediato, a investir mais no material naval, no âmbito de uma intenção de valorizar a pequena marinha de guerra portuguesa.

Para além disso, algumas unidades foram declaradas em estado de prevenção. Dois dias depois da declaração das hostilidades por parte dos EUA, o couraçado Vasco da Gama

³¹ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 26 de Abril de 1898, pp. 948-953.

³² De 3865 contos em 1896/97, passaram para 4512 contos em 1897/98, para descerem para 4045 contos em 1898/99. Números obtidos em Maria Eugénia Mata, *As finanças públicas portuguesas da Regeneração a Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, 1993, pp. 86-87.

³³ Nomeadamente a verba de 18 360\$00 réis para a aquisição das máquinas e caldeiras de um cruzador de 1660 toneladas, encomendado à Société Anonyme des Forges et Chantiers de la Méditerranée (*Diário do Governo*, n.º 104, 12-V-1898, p. 1198). Note-se, aliás, que o esforço no sentido de renovar a marinha remontava ao início do decénio de 1890. E que em 1896 foi autorizado, pela lei de 21 de Janeiro, um empréstimo externo de 3 600 contos para a marinha de guerra (M- Eugénia Mata, *Op.cit.*, p. 93).

estava "aprontando com urgência". E a 28 de Abril, a canhoneira Sado, de 539 toneladas, passava ao estado de "meio armamento". Em Cabo Verde, onde já se encontrava a esquadra de Cervera, estavam então estacionadas as canhoneiras Diu e Rio Ave. Na Madeira devia permanecer a corveta Rainha de Portugal. E o cruzador Adamastor aguardava directivas para seguir para os Açores³⁴. Este estado de alerta de alguns navios de guerra portugueses durou, muito possivelmente, até ao final das hostilidades. Sabemos, todavia, que a 10 de Junho, uma portaria mandava passar ao estado de completo desarmamento a corveta Rainha de Portugal, de 1020 toneladas³⁵.

58 A guerra hispano-americana suscitou uma profunda impressão na consciência nacional dos Portugueses que tinham acesso à informação e, em especial nas elites política e intelectual. De facto, os riscos não ameaçavam apenas a Espanha que, como é bem sabido, viveu intensamente o desastre: um desastre real - o militar -, e um desastre construído pela reflexão sobre a perda do Império³⁶, ferida aberta na consciência nacional desse grande nação feita de múltiplas nações que é a Espanha. Entre a Espanha e o Atlântico - poderá dizer-se em termos geográficos mais latos e imprecisos, que entre a Espanha e os Estados Unidos - interpunham-se Portugal e os seus arquipélagos adjacentes, os Açores e a Madeira, ou seja terras e águas portuguesas. Escusado será pois insistir na extraordinária relevância estratégica dos territórios portugueses no Atlântico Norte, sem esquecer as ilhas de Cabo Verde, onde se abasteceu a esquadra espanhola, poucos dias antes de enfrentar a esquadra inimiga do almirante Sampson (para não referirmos a costa ocidental africana). Ora há que lembrar algo de elementar, mas não raro esquecido pelos próprios historiadores: até aos finais de Julho de 1898, quando o governo espanhol solicitou a mediação da França para solucionar o diferendo com os EUA que viabilizou o protocolo de Washington (11 de Agosto)³⁷, tudo estava em aberto, tudo era possível, inclusive, a hipótese que chegou a configurar-se de uma esquadra americana rumar em direcção às costa da península ibérica.³⁸

Tal como os Espanhóis, os Portugueses viveram o sentimento de insegurança e incerteza do futuro próximo. Naturalmente, num grau de intensidade bem diverso. Lembre-se mais uma vez o testemunho privilegiado de Eça de Queiroz, a 22 de Abril de 1898, precisamente no dia em que foi declarada a guerra: "Ninguém aqui em Lisboa acreditava nela, ou por ignorância das coisas, ou por um indolente optimismo. Ainda há dias todos os meus

³⁴ "Entre a Espanha e os Estados Unidos da América", *O Século*, n.º 5848, 24-IV-1898, p. 2 e *Diário do Governo*, n.º 93, 29-IV-1898, p. 1092.,

³⁵ *Diário do Governo*, n.º 128, II-VI-1898, p. 1448.

³⁶ Veja-se o modo como José Maria Jover fundamenta esta distinção em "La época de la Restauración. Panorama político social de 1875-1902", *História de Espana* (dir. M. Tunón de Lara), vol. VIII, 2ª ed., Barcelona, 1983, p. 386.

³⁷ Este protocolo obtido pela mediação francesa precedeu de alguns meses o Tratado de Paris (10 de Dezembro), mediante o qual a Espanha reconhecia a independência de Cuba e se consumava a cedência aos EUA das ilhas de Porto Rico, Filipinas e Guam (nas Marianas).

³⁸ José Maria Jover e Guadalupe Gómez-Ferrer, *Historia ilustrada de Espana*, vol. 8, Madrid, 1998, p. 135. Essa incursão militar que visava o bombardeamento de alguns portos espanhóis destinar-se-ia a pressionar a Espanha à capitulação. O plano era o de dominar uma das Canárias como base de provisões para o referido ataque.

amigos apostavam *pela paz*, jantares e almoços, contra mim, que anunciava a guerra, para Sábado. Infelizmente ganhei. Eis Sábado e a guerra! O pânico na cidade desde ontem é enorme. As libras estão a *dez mil réis*. Todos os preços subiram. E já se fala, como de um facto previsto, em revolução. Com efeito, se a Espanha sofrer uma derrota, como é provável, a Dinastia em Madrid tomba. E a nossa não aguenta depois muitas semanas. Pelo menos começa um período atroz de motins e *chinfrins*. A Corte está aterrada. E o terror é quase genérico."³⁹

Quer em Espanha quer em Portugal ecoaram largamente as cruas palavras do primeiro ministro britânico, Lord Salisbury que, nos princípios de Maio de 1898, num célebre discurso pronunciado na Primrose League, augurara o pior para as "nações moribundas", em via de enfraquecimento e de perda dos seus impérios coloniais⁴⁰. Estariam os povos latinos condenados a desaparecer? Estava o futuro nas mãos dos anglo-saxónicos, da "horda anglo-saxónica", como referiam alguns periódicos? O darwinismo social, então em voga, fundamentava a teoria das raças superiores e das raças inferiores, dos povos dominantes e dos povos supostamente em declínio ou em processo de degeneração (os latinos). E na propaganda relativa à guerra hispano-americana, a componente étnica esteve bem marcada. O ameaçador diagnóstico de Salisbury produziu um efeito tanto mais negativo quanto, desde Março de 1898, se especulava acerca de uma possível aliança entre os EUA e Grã-Bretanha. E certo que tal aliança não chegou a formalizar-se: a Grã-Brtenha manteve-se neutral, embora numa posição próxima dos Estados Unidos. Seja como for, o que importa sublinhar é que o isolamento da Espanha na arena internacional contribuiu para o desfavorável desfecho do conflito. E se é um facto que a aliança inglesa podia funcionar a favor de Portugal, também é verdade que ela não impediu que, desde finais de Junho de 1898, ou seja em plena conjuntura de guerra, tenham decorrido negociações secretas entre a Inglaterra e a Alemanha, que resultaram na convenção de 30 de Agosto: admitia-se assim a partilha dos domínios coloniais portugueses a Sul do Equador, se Portugal não satisfizesse as responsabilidades da sua dívida externa⁴¹. A evolução dos acontecimentos - nomeadamente a não contratação do empréstimo por parte de Portugal, a resolução da grave questão de Fashoda, entre a Grã-Bretanha e a França, bem como o início da guerra anglo-boer - seria favorável a Portugal. E no ano seguinte, o Tratado de Windsor, que renovava a mais velha aliança europeia, viria dissipar aquela ameaçadora intenção.

A guerra entre a Espanha e os Estados Unidos da América foi sentida em Portugal como um desafio, uma ameaça sobre o seu império colonial, afinal mais extenso e desproporcionado relativamente aos recursos da respectiva metrópole do que o Império espanhol era. Desproporcionado fora também o confronto entre as duas nações antagónicas: é indiscutível que, quer do ponto de vista dos recursos humanos, quer do ponto de vista militar e

³⁹ *Eça de Queiroz Emília de Castro, Op. cit*, pp. 505-506.

⁴⁰ João da Câmara transcreve parte muito significativa do discurso em "Crónica Ocidental", *O Ocidente*, vol. XX, n.º 697, 10-V-1898, p. 98.

⁴¹ É possível que o governo português tenha tido conhecimento deste convénio secreto, pois declinou a oferta de um empréstimo conjunto de capitais ingleses e germânicos (Pedro S. Martinez, *História diplomática de Portugal*, Lisboa, s.d. [1986], p. 515).

estratégico, a grande potência emergente na América do Norte, no Atlântico e no Pacífico, então com cerca de 60 milhões de habitantes, se encontrava favorecida. A Espanha que, ao longo do século, enfrentara a ocupação francesa, prolongadas guerras civis e, depois três anos de guerra colonial em Cuba, tinha na altura cerca de 17 milhões de habitantes. Mas os mais chocantes contrastes entre as duas potências não se encontravam aí: residiam no respectivo desenvolvimento económico e tecnológico e no que respeita à distância do teatro das operações navais (inequivocamente favorável aos EUA).

Uma das lições que os comentadores portugueses retiraram do conflito foi, precisamente, a de que, uma potência colonial deve, antes de mais, assegurar meios de defesa das suas colónias em relação às ambições estrangeiras⁴². Não seria essa, aliás, a grande preocupação evidenciada pela diplomacia portuguesa pouco tempo depois, aquando da guerra anglo-boer, na África Austral? Mas, em 1898, a ameaça chegou a recair sobre o próprio território continental: especulou-se acerca da possibilidade de a Espanha dominar Portugal como compensação para o Desastre de 1898⁴³. A própria neutralidade portuguesa não havia sido bem vista em certos círculos de opinião espanhóis⁴⁴.

Enquanto o governo português, por razões de pragmatismo político, perfilhava a neutralidade - não se podia, de modo algum, pôr em causa as boas relações com as potências que dominavam o Atlântico, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha⁴⁵, a opinião pública era, de uma maneira geral, favorável à Espanha, o que não impediu alguns periódicos de exprimirem posições críticas em relação à estratégia militar ou diplomática deste país⁴⁶. O profundo impacto que a guerra produziu sobre a opinião pública portuguesa é especialmente interessante para compreender como, nos primórdios da era das massas, a chamada desinformação contribuiu para influenciar o estado de espírito das camadas urbanas letradas. Entre a realidade de uma guerra vivida a dezenas de milhares de quilómetros (nas Caraíbas e nas Filipinas) e a sua construção pelas agências noticiosas e pelos jornalistas ia também, não raro, larga distância. A produção de acontecimentos - caso dos boatos a que nos referimos, nomeadamente o do ultimatum americano - geraram um clima de intensa inquietação pública e motivaram decerto a publicação oficial em *Diário do Governo* da posição de estrita neutralidade do Estado português. Entre uma opinião pública que era, de um modo geral, favorável à Espanha e a inconveniência de criar um diferendo diplomático com os Estados Unidos da América, potência mundial que se encontrava num momento-chave do seu expansionismo nas

⁴² V. "Depois da batalha de Cavite", *Anais do Clube Militar Naval*, t. XVIII, n.º 5, Maio de 1898, p. 387 e Portugal Durão, "A Guerra hispano-americana", *Idem*, t. XXVIII, n.º 8 e 9, Agosto/Set. de 1898, pp. 644-645.

⁴³ Na verdade, em 25 de Maio de 1898, na Câmara dos Pares, o regenerador Tomás Ribeiro indignava-se contra uma intervenção no parlamento espanhol em que se alvitrava "que embora se percam as Filipinas é fácil recuperar o perdido porque se tem à mão e perto Portugal" (*Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, p. 301).

⁴⁴ Caso do *Gedeón* de Madrid, que chegou a comparar Portugal "um mendigo sem braços nem pernas" vd. José-Augusto França, *Lisboa 1898 - estudo de factos socioculturais*, Lisboa, 1998, p. 202.

⁴⁵ Sobre as relações entre Portugal e estes países, veja-se Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. X, Lisboa, s.d. [1988], pp. 282-284 e 302-304.

⁴⁶ Tais posições críticas são bem evidentes num segundo momento, posterior às grandes batalhas e ante as resistências do governo espanhol em celebrar o tratado de paz com os EUA.

Caraíbas e no Pacífico, a margem de manobra do governo português era estreita. Havia pois que gerir a situação com a maior cautela. Mas pragmatismo de que os progressistas, então no poder, deram mostras, foi coroado de êxito.

Em breve, Portugal abandonaria a sua tradicional política de neutralidade nos conflitos europeus, que adoptara também na Guerra da Crimeia ou no conflito franco-prussiano de 1870. Na Guerra anglo-boer (1898-1903)⁴⁷ e na I Guerra Mundial (1914-18), a diplomacia portuguesa adoptaria, como é sabido, políticas bem diversas, em estreita aliança com a Grã-Bretanha. Acima de tudo tratar-se-ia então de defender os seus interesses coloniais em África. A atribulada experiência de 1898 tinha ensinado alguma coisa.

⁴⁷ Veja-se Fernando Costa, *Portugal e a guerra anglo-boer. Política externa e opinião pública*, Lisboa, 1998.